

Apresentação

O feminismo, como muitos movimentos políticos de vanguarda, foi sempre objeto do ataque e da desqualificação por parte de seus opositores. Ridicularizando suas defensoras como um bando de mulheres mal amadas ou reduzindo seus objetivos à “luta contra os homens”, os poderes dominantes nunca demonstraram qualquer tolerância com o feminismo.

Em meados dos anos sessenta, as mulheres brasileiras viviam sob uma ditadura militar repressiva e impiedosa, constituíam menos de 20% da força-de-trabalho remunerada, tinham cerca de 6 filhos morando em pequenas cidades ou localidades rurais, só saíam da casa paterna para casar, eram reprimidas sob os fundamentos conservadores do catolicismo, com sua idéia de pecado, condenação do sexo e casamento indissolúvel. O divórcio não existia, as mulheres separadas eram estigmatizadas e o grande pavor de qualquer mulher era cair na boca do povo, pois sua “reputação” poderia por em risco sua carreira ou a guarda dos filhos. O exame de DNA ainda não tinha sido inventado e poucos assumiam a paternidade dos filhos não desejados

No limiar do século XXI as brasileiras têm menos filhos, constituem cerca de 40% da força-de-trabalho, dedicam-se mais à vida profissional e desfrutam de um grau de liberdade impensável nas gerações anteriores. Superaram a segregação educacional dos colégios de freira para as meninas e dos colégios de padres para os meninos. Apesar da permanência de guetos profissionais, as mulheres vêm desalojando os homens, especialmente com a diversificação produtiva e a criação de novos postos de trabalho que exigem versatilidade

A Constituição de 1988, em que a participação das feministas foi decisiva, pode ser considerada uma das mais avançadas do mundo no tocante aos direitos das uniões

Apresentação

consensuais¹, dos filhos e da mulher. Também no campo dos direitos trabalhistas, há um maior reconhecimento dos direitos de uma profissão em que as mulheres predominam, a exemplo das empregadas domésticas. Nesse sentido, é inegável uma melhoria na condição das mulheres.

Muitas das mulheres que ainda hoje se apressam a desconjurar as feministas deveriam parar um pouco e refletir como seria sua vida atual se não fossem as conquistas obtidas pelos movimentos de mulheres. O ativo movimento feminista brasileiro de meados dos anos setenta foi uma das forças progressistas de oposição à ditadura militar e de defesa dos direitos humanos.

O reconhecimento da importância das transformações ocorridas na situação da mulher e o afã de evitar que as rodas da história andem em marcha ré nos leva a colocar o feminismo como questão prioritária. Nesse sentido, o objetivo do presente dossiê é recuperar as propostas e projetos do movimento feminista através de um balanço de seus impactos e desdobramentos.

O dossiê começa com o texto “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. Nele, Mariza Corrêa traça o percurso histórico do feminismo dos anos setenta à emergência dos estudos de gênero, chamando a atenção para essa vocação política que conecta feminismo e estudos de gênero.

O movimento feminista aparece com a luta pelas “liberdades democráticas” e inicia, em 1975, a campanha nacional pela anistia política. As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida, os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua

¹ A informalidade brasileira do “casar é morar junto” vem da dupla conjunção da inexistência do divórcio (em 1978 o ditador Geisel, protestante, teve a coragem de enfrentar a Igreja e introduzir o divórcio) e da pobreza para pagar papéis.

interpenetração transformaram radicalmente a prática política no país.²

Cynthia A. Sarti, em “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”, acentua o fato de “que os grupos feministas estavam articulados às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época”, e que nasceram “fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia”.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos das mulheres. Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e as feministas, que tinham participado ativamente na campanha eleitoral, conquistaram o Conselho da Condição Feminina, concebido segundo o exemplo francês. A partir de então as intelectuais feministas passaram a integrar os partidos, as instituições, muitas como especialistas sobre a questão da mulher. A própria trajetória de muitas das autoras que participam deste dossiê exemplifica a transformação do ativismo político em práticas sociais dentro de ONGs ou nas coordenadorias e conselhos criados para zelar sobre “a questão da mulher”.³

² O reconhecimento da importância do feminismo no processo da redemocratização brasileira levou a pesquisadora norte-americana Alvarez a cunhar a expressão *engendering* a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão *gender* (gênero). Como outros estudiosos do tema, ela observa o impacto que o feminismo e outros movimentos sociais exerceram no país, criando outras esferas de atuação na sociedade civil e novas formas de “fazer política” através de redes de solidariedade e intercâmbio. ALVAREZ, S. E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition on Democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

³ A Fundação Ford de Pesquisa desempenhou um papel crucial nesse processo de institucionalização, abrindo um vasto programa de financiamento de pesquisas, publicações e outras formas de atividades ligadas à questão da mulher.

Apresentação

Nesse sentido, é interessante observar no artigo de Mary Garcia Castro – “Gênero e poder. Leituras transculturais” – a defesa das políticas sociais de gênero cujo efeito é “empoderar” as mulheres, atuando gradativamente, como “um meio para ter voz”. A questão que se coloca então é a das condições em que esta voz pode ser ouvida. Em outras palavras, quais os limites sociais e políticos das atuais instituições criadas numa ordem androcêntrica (e falocrática)?

A questão dos limites políticos – da ordem patriarcal/machista – das políticas sociais de reconhecimento dos direitos das mulheres reaparece no caso da instituição religiosa. Maria José Rosado, uma das rigorosas pesquisadoras do tema, analisa “O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões”. Seu trabalho ressalta a oposição entre as feministas que acreditam ser possível superar o androcentrismo das instituições religiosas e aquelas que consideram a instituição religiosa e as hierarquias eclesiásticas como incompatíveis com a igualdade entre homens e mulheres. Enquanto Maria José Rosado coloca-se entre as feministas que enxergam tal possibilidade, Mónica Tarducci, socióloga argentina, em “Estudios feministas de religión: una mirada muy parcial”, reafirma as limitações inerentes às hierarquias eclesiásticas e seu androcentrismo.

Como a violência está na base de toda a relação assimétrica, dar conta de seus múltiplos significados constitui uma tarefa prioritária. Com o rigor teórico que a caracteriza, Heleieth I.B. Saffioti analisa as “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. Reconhecendo a dimensão estrutural da violência de gênero (que corresponde a um projeto de dominação dos homens sobre as mulheres), a autora critica, no entanto, a posição vitimista que condena a mulher a ser uma eterna vítima. Heleieth assinala a importância da resignificação das relações de poder contidas nas relações interpessoais.

Acredito que a resignificação da maternidade constitui a questão central do atual debate sobre a dominação de gênero. “A Maternidade e o Feminismo: diálogo com as ciências sociais” é o

título do artigo de Lucila Scavone. Pioneira no estudo da maternidade, ela também é um exemplo pessoal de um certo tipo de trajetória e ligação entre militância feminista e constituição do campo de estudos de gênero. Seu artigo retoma a questão das dimensões da maternidade e das diferenças do seu valor e peso social.

A contribuição de Fúlvia Rosemberg para o nosso debate sobre o feminismo veio na forma de um aprofundado estudo sobre “As políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990”. A partir de rigorosa análise das estatísticas, ela demonstra como as atuais políticas sociais de gênero não enfrentam os “processos de dominação de gênero na educação” e os equívocos da “atual agenda compartilhada unanimemente por organizações multilaterais, governos, movimento feminista/de mulheres e por parte do campo de estudos de gênero/sobre mulheres”.

“Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)”, da autoria de Maria Lúcia Mott, apresenta resultados de pesquisa sobre a entidade Cruzada Pró-Infância. O artigo destaca a contribuição de mulheres de classes médias e altas no estabelecimento de políticas públicas relacionadas à maternidade. Cabe também ressaltar o artigo de Marko Monteiro “Corpo e masculinidade na revista *VIP Exame*”, em que adota “perspectivas feministas e sobre o corpo”.

A tradução do artigo de Jane Gallop – “Além do Falo” – justifica-se por ser ela uma intelectual feminista que tem atacado de frente as “falácias do falo”, na expressão de Mariza Corrêa, isto é, os limites teóricos da misoginia freudiana em sua versão lacaniana. Gallop critica autoras francesas como Hélène Cixous e Lemoine-Lucioni, que teriam sido “seduzidas” pelo Pai/Falo. A autora procede a uma crítica dos fundamentos ontológicos da psicanálise freudiana que permanecem com Lacan e a substituição da “inveja do Pênis” para a “inveja do Falo”.

Uma vertente fecunda é constituída por mulheres (feministas) psicanalistas para as quais a categoria gênero tornou-se uma ferramenta de trabalho indispensável. A obra impar foi o

Apresentação

trabalho de Emilce Belichmar⁴ – *O feminismo espontâneo da histeria* – que tem sido amplamente utilizado, como é o caso de Maria Rita Khel em *Os deslocamentos do feminino*.

Publicamos, ainda neste número, um interessante debate/entrevista entre Paul Gilroy e Arjun Appadurai, sob o título de “Memória histórica, movimentos globais e violência”, da autoria de Vikki Bell. Como resenhas temos os livros *Why Feminism? Gender, Psychology, Politics* de Lynne Segal, resenhado por Elisabeth Bortolaia, e *Les années folles à São Paulo: Hommes et femmes au temps de l’explosion urbaine (1920-1929)* de Mônica Raísa Schpun, resenhado por Joana Maria Pedro.

Maria Lygia Quartim de Moraes

⁴ As contribuições da psicanálise para o feminismo e as contribuições das feministas para a psicanálise, a partir da obra de psicanalistas que desenvolvem visões conflitantes sobre feminino e masculino, aprofundam as discussões relacionadas a gênero e às novas (ou não) sexualidades, como Piera Aulagnier, Luce Irigaray, Joyce McDougall e Emilce Bleichmar.